

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, LOGO DESENVOLVIMENTO SOCIAL? O CASO DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA¹

AGENOR GASPARETTO², OSVALDO HELLER DA SILVA³ e
MANOEL MALHEIROS TOURINHO⁴

RESUMO – Este estudo visou verificar se o desenvolvimento econômico implica necessariamente e compulsoriamente um desenvolvimento social. Para testar tal relação tomou-se como referencial empírico a **microrregião cacauera** da Bahia a partir de dados dos censos demográficos da Fundação IBGE de 1970 e 1980. Como ponto de partida observou-se que a região, na década de 70, conheceu um grande progresso econômico, marcado por grandes aumentos da produção, produtividade e valores gerados com as exportações de cacau, que teve nessa década uma conjuntura de preços altamente favorável no mercado internacional. O problema que se tentou clarificar era se o desenvolvimento econômico teria que se traduzir necessária e compulsoriamente numa melhoria das condições de vida de todas as camadas da população. Foram tomados como indicadores de desenvolvimento social os índices de instrução e de natimortalidade – indicadores diretos e imediatos; e os índices de domicílios particulares permanentes com energia elétrica, água encanada e geladeira – indicadores indiretos e mediatos ou materiais. A hipótese central é de que desenvolvimento econômico não implica necessária e compulsoriamente desenvolvimento social. Os resultados revelaram que em termos de pessoas alfabetizadas houve uma pequena melhoria, mas caso se considere apenas o meio rural da **microrregião cacauera** o quadro não se alterou. Em relação a anos de estudo observou-se uma pequena melhoria. O índice de natimortalidade acusou uma deterioração nas condições de vida, pelo menos, de parcela da população. Já os indicadores materiais de desenvolvimento social revelaram situação contrária, isto é, uma melhoria expressiva no período. Conclui-se que: a distribuição de bens materiais e mesmo infra-estruturais parece ser mais fácil do que a distribuição de bens sociais, como a alfabetização e a instrução, mas principalmente a saúde, para todas as camadas da população.

Termos para indexação: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, condições de vida.

ECONOMIC DEVELOPMENT, THEN SOCIAL DEVELOPMENT? THE CASE OF THE COCOA REGION OF BAHIA

ABSTRACT – This study analysed the relationship between economic development and social development, to determine whether social development automatically and necessarily follows from economic development. Data from the demographic of 1970 and 1980 (IBGE Foundation) were used in the study to analyze the relationship for the Cocoa Region of Bahia, and specifically for the Cocoa Micro Region. It was established at the outset that the cocoa region made significant economic progress from 1970 to 1980, characterized by increases in production, in productivity, and in wealth stemming from cocoa exports. Level of instruction and live birth were used as indicators of social development, along with indicators of material living conditions such as permanent private housing with electric energy, piped water, and refrigerators. The central hypothesis is the following: economic development does not necessarily imply social development. The results showed an improvement in literacy, but not by much, and for the rural worker and his family the situation did not improve. Level of education showed a small improvement. The measure of live births showed a deterioration in the living conditions of the population of the region. However, the measures of material living conditions showed an

¹ Recebido em 03 de junho de 1985.

² Aceito para publicação em 24 de fevereiro de 1988.

³ M. S. em Sociologia Rural, Pesquisador da CEPLAC - Divisão de Sócio-economia - Caixa Postal 7 - CEP 45600 - Itabuna - BA.

⁴ Ph.D. em Sociologia Rural, Professor da UFRGS (IEPE/UFRGS) - Av. João Pessoa, 31 - CEP 90040 - Porto Alegre - RS.

⁵ Ph.D. em Sociologia Rural, Pesquisador da CEPLAC - Divisão de Sócio-economia - Caixa Postal 7 - CEP 45600 - Itabuna - BA.

improvement. The conclusion of the study are the following: a) material indicators aren't always good indicators of social development; nevertheless, they are good indicators of technological progress. b) the literacy and live births indicators of social development aren't in agreement with the indicators of material living conditions. They showed a deterioration in quality of life of the population, specifically the measure of live births, whereas the gains in wealth are concentrated in only part of the population.

Index terms: economic development, social development, life conditions.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva verificar se há, na **região cacauera** da Bahia, uma relação compulsória entre **desenvolvimento econômico** e **desenvolvimento social**.

Os pressupostos deste estudo são de que, na década de 70, teve lugar nessa região um processo de modernização tecnológica da cacauicultura e que a mesma se traduziu num aumento da produção, da produtividade da terra e do trabalho e que o referido período se caracterizou por altos preços pagos pelo cacau no mercado internacional.

Em relação a esse período, Asmar (1983) refere-se nestes termos: "a década de 70 foi bondosa para a região... 1972 foi um ano marcante pelo início da revolução tecnológica e o uso do capital massivo, cujo carro-chefe fora a adubação. 1977 foi um outro marco de importância de quase um lustro, devido aos preços elevados alcançados pelo cacau"⁵.

Apenas para ilustrar, de 1970 a 1980 a produção de cacau da Bahia aumentou em 103%, isto é, passou de 158 mil toneladas para 302 mil⁶. Simultaneamente, a produtividade da terra aumentou em 82%, isto é, passou dos 380 kg por hectare, para 690 kg⁷.

Além disto, de acordo com dados de Brandão (1983), no mesmo período o volume das exportações brasileiras de cacau cresceu de 160 mil toneladas para 298 mil, representando um acréscimo da ordem de 86%, o que correspondeu a uma elevação de 117% no valor das exportações.

Também no mesmo período, houve uma elevação de 428% no valor da retenção sobre as exportações de cacau recolhida à União, passando de 13.262 mil dólares para 70.075 mil dólares.

⁵ Acerca da citação, faz-se necessária uma observação no que se refere à "revolução tecnológica e uso do capital massivo" que teriam tido lugar na região; acredita-se que houve uma modernização tecnológica do processo produtivo, mas que, de forma alguma, chegou a se configurar numa "revolução tecnológica". Para só se ficar com o item "adubação" da referida modernização tecnológica da lavoura cacauera, de 1970 a 1980, a área adubada aumentou em 209,1%, isto é, passou dos 71,46 mil hectares para 220,89 mil (conforme dados dos "Relatórios anuais, 1965/1982" da CEPLAC). E o que realmente se intensificou na região foi o assalariamento rural e a substituição de produtores, particularmente os familiares (Gasparetto 1986).

⁶ Comissão do Comércio do Estado da Bahia (COMCAUBA).

⁷ Área do ano agrícola 70/71; IBGE; 80/81: DEPEX/CEPLAC.

No que tange à renda regional de 1970 a 1978, apesar da população da microrregião cacauera ter se mantido em torno de 8,5% da população do Estado da Bahia, no decorrer destes anos a arrecadação de ICM da região passou de 13,9% a 17,9% do ICM arrecadado em todo o Estado.

Em suma, a década de 70 se caracterizou pelos aumentos da produção, da produtividade, do volume e valores das exportações, das receitas oriundas das exportações de cacau e da renda regional, explicáveis, em parte, pelo processo de modernização tecnológica que teve lugar na lavoura cacauera da região e também pela conjuntura de preços favoráveis no mercado internacional de cacau.

Contudo, e aqui se está diante do problema que se pretende clarificar, esse **desenvolvimento econômico** por que passou a **região cacauera** teria que se traduzir necessária e compulsoriamente num **desenvolvimento social**?

Por paradoxal que possa parecer à primeira vista, aqui se está inclinado a acreditar que desenvolvimento econômico não implica necessariamente desenvolvimento social⁸ e que na região isso não aconteceu para a maior parte da população.

A propósito da definição de **desenvolvimento econômico**, Valla (1975) inclui na mesma, três requisitos:

- a) "um progresso científico e tecnológico próprio;
- b) um crescimento econômico constante e
- c) a propagação rápida dos efeitos dos primeiros dois requisitos para a população inteira".

Nessa definição, "**a melhoria na qualidade de vida da totalidade da população de um país**" (Valla, 1975) constitui-se no objetivo principal do desenvolvimento econômico.

Há, contudo, autores, como Cardoso (1975) que dissociam desenvolvimento econômico de melhoria nas condições de vida da população. Para o sociólogo referido acima, por exemplo, por **desenvolvimento econômico** entende-se acumulação de capital, crescimento econômico. Depreende-se de Cardoso que desenvolvimento econômico tem uma racionalidade própria, constituindo-se numa questão específica, assim como específica também é a problemática da melhoria nas condições de vida de toda uma população.

Neste estudo, participa-se do ponto de vista de Cardoso e pelo termo entende-se um crescimento da riqueza, uma acumulação da mesma em termos capitalistas. Concretamente, no caso específico da região cacauera do sudeste da Bahia, esse desenvolvimento traduziu-se num aumento, em termos absolutos e relativos, do volume, mas principalmente do valor produzido na mesma.

Por **desenvolvimento social** se quer significar uma melhoria nas condições de vida da população, isto é, uma melhoria do nível de bem-estar de todas as camadas que compõem uma determinada sociedade, no caso, a cacauera.

⁸ Se desenvolvimento econômico resultou, nos países de economia central – EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França entre outros – num certo desenvolvimento social, este último pode ser creditado, em grande parte, à sangria de riqueza dos países de economia periférica – países do Terceiro Mundo da América Latina, da África e da Ásia – para os países de economia central. Caso fosse possível sustar essa sangria de recursos, é bem provável que o desenvolvimento social desses países se deterioraria rapidamente. Neste sentido, são esclarecedores estudos de Frank (1975 e 1980) entre outros.

Os indicadores de desenvolvimento social são inúmeros. Entre eles estão os níveis de habitação, de saúde, de segurança, alimentar, a forma de lazer, o nível de instrução, os índices de mortalidade infantil, de concentração da riqueza e assim por diante.

Nesse estudo, foram tomados indicadores, que se supõe serem de desenvolvimento social:

- a) instrução, ou mais precisamente, índice de alfabetização e de escolaridade, em termos de anos de estudo⁹;
- b) índice de crianças nascidas mortas – mortalidade infantil ou, para ser mais preciso, natimortalidade;
- c) índice de domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica;
- d) índice de domicílios particulares permanentes com água encanada;
- e) índice de domicílios particulares permanentes com geladeira¹⁰.

A hipótese central deste estudo é de que **desenvolvimento econômico** não implica, necessária e compulsoriamente, **desenvolvimento social**.

Especificamente, afirma-se que na região cacauera do sudeste da Bahia, em que pese o crescimento do volume da riqueza nela produzido, de 1970 a 1980, não se alteraram significativamente os índices de alfabetização, de escolaridade, e de natimortalidade, sobretudo no meio rural, ou seja, entre aqueles diretamente envolvidos no processo produtivo agrícola, portanto, principais responsáveis pela geração de riqueza da região: os trabalhadores assalariados.

METODOLOGIA

As unidades de investigação e de análise deste estudo são as pessoas de cinco anos ou mais para o indicador **instrução**, sendo que varia para os outros indicadores, como “domicílios particulares permanentes e mulheres de quinze anos ou mais”.

As unidades geográficas são os municípios de Itabuna e de Ilhéus e a **microrregião cacauera** do sudeste da Bahia, que inclui esses dois municípios.

Em termos de instrução, objetiva-se comparar os níveis de alfabetização e de escolaridade das populações dos municípios e microrregião acima referidos.

Os dados utilizados para essa comparação são secundários: censos demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 1970 e 1980.

⁹ A intenção original era tomar “curso concluído”, em vez de “anos de estudo”. Contudo, os censos demográficos não possibilitaram essa comparação, em virtude da Reforma de 1^o e 2^o Graus – Lei nº 5692/71 – e das mudanças sofridas pelo sistema de ensino; por exemplo, para o CD de 1970, o curso “elementar” correspondia aos 5 primeiros anos de estudo, enquanto que para o de 1980, apenas os primeiros 4. O término do atual 1^o grau implica um mínimo de 8 anos de estudo, enquanto que no sistema antigo, 9 anos e assim por diante.

¹⁰ Os indicadores instrução e natimortalidade foram considerados como indicadores não materiais de desenvolvimento social, ou melhor, indicadores diretos e imediatos do mesmo, particularmente o último. Já os indicadores iluminação elétrica, água encanada e refrigeradores em domicílios particulares permanentes foram considerados como indicadores materiais de desenvolvimento social, ou mais precisamente indicadores indiretos e mediatos do mesmo.

Os conceitos utilizados são os mesmos do IBGE:

- a) Pessoas alfabetizadas: são as que foram "capazes de escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecessem";
- b) Anos de estudo: são os anos de frequência à escola. Neste estudo, num primeiro momento, tomaram-se todos os anos, isto é, os indivíduos com nenhuma instrução até aqueles com dezessete ou mais anos de estudo. Num segundo momento, agrupam-se os indivíduos de um a quatro anos, ensino básico; de cinco a oito anos até o final do atual 1º grau; de nove a doze anos até o final do atual 2º grau; e treze anos ou mais, teoricamente, em curso superior;
- c) Um índice de mortalidade infantil¹¹: refere-se a crianças nascidas mortas de mulheres de quinze anos ou mais, que é precisamente o índice de natimortalidade;
- d) Iluminação elétrica;
- e) Instalações sanitárias;
- f) De água – rede geral – de domicílios particulares permanentes que dispõem desses serviços públicos;
- g) Geladeira: refere-se aos domicílios particulares permanentes que dispõem dessa utilidade doméstica.

Trabalhar-se-á basicamente com percentuais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise inicia-se com os percentuais de pessoas alfabetizadas. De um modo geral, pode-se inferir que, na década de 70, ocorreu uma redução do índice de analfabetismo, sendo essa redução maior no município de Itabuna. Entretanto, nenhum aumento da taxa de alfabetização para pessoas de cinco anos e mais em Itabuna, Ilhéus e na microrregião foi muito expressivo (Tabela 1).

TABELA 1. Percentual de pessoas com 5 anos ou mais alfabetizadas dos municípios de Itabuna, Ilhéus e da microrregião cacauzeira (MRC) em 1970 e 1980.

Unidade geográfica	1970	1980	Acréscimo ou redução
Itabuna	55,0	59,8	+8,73
Ilhéus	52,3	54,8	+4,78
Itabuna/Ilhéus	53,7	57,6	+7,26
MRC	44,1	46,5	+5,44

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

¹¹ Está-se dizendo "um índice de mortalidade infantil" por não se tratar do índice propriamente dito de "mortalidade infantil", mas do índice encontrável nos censos demográficos de 1970 e 1980, que, a rigor, é de natimortalidade.

Realidade semelhante verifica-se no meio rural, que apresenta duas diferenças: a primeira é que o acréscimo é menor, sendo que em Itabuna verifica-se uma redução do percentual de alfabetizados de 1970 para 1980; a segunda diferença resume-se no fato de que, enquanto no meio rural do eixo Itabuna-Ilhéus o índice de alfabetização é inferior a 30%, considerando esses municípios em sua totalidade – rural mais urbano –, o mesmo perfaz 57,6% (Tabela 1 e 2).

Resultados um pouco diferentes foram obtidos em relação a anos de estudo. É preciso não perder de vista aqui que só se está considerando em torno de 50% da população com 5 anos ou mais a nível do eixo Itabuna-Ilhéus e em torno de 40%, a nível de **microrregião cacaueira** a que aqueles municípios pertencem (Tabela 3).

Nesse sentido, para as camadas sociais que podem frequentar a escola, a situação melhorou um pouco, isto porque aumentou o número de pessoas com mais anos de estudo.

Primeiramente, conforme Tabela 3, cabe observar que diminuiu em cerca de 4,6% o percentual de pessoas sem nenhuma instrução ou com menos de um ano, sendo essa diminuição maior no eixo Itabuna-Ilhéus – 6,9% – e menor dos demais municípios da **microrregião** em análise – 3,5%.

TABELA 2. Percentual de pessoas com 5 anos ou mais alfabetizadas no meio rural dos municípios de Itabuna e de Ilhéus em 1970 e 1980.

Unidade geográfica	1970	1980	Acréscimo ou redução
Itabuna	29,6	28,7	-3,14
Ilhéus	29,0	30,2	+4,14
Itabuna/Ilhéus	29,2	29,8	+2,05
MRC	44,1	46,5	+5,44

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

TABELA 3. Percentual de pessoas de 5 anos ou mais por anos de estudo em 1970 e 1980.

Unidade geográfica	Anos de estudo								
	Com 1			Com 2			Com 3		
	1970	1980	Diferença	1970	1980	Diferença	1970	1980	Diferença
Itabuna	7,69	6,59	-16,7	9,30	7,26	-28,1	8,15	7,74	-5,3
Ilhéus	10,0	5,97	-67,5	7,65	7,15	-6,7	6,59	7,62	15,63
Itabuna-Ilhéus(eixo)	8,82	6,30	-40,0	8,5	7,21	-17,9	7,39	7,69	4,06
M. cacaueira (MRC)	9,34	6,38	-46,4	7,73	6,79	-13,8	5,77	6,54	13,34
MRC menos eixo	9,63	6,42	-50,0	7,31	6,57	-11,3	4,88	5,92	21,31

TABELA 3. (Continuação...)

Unidade geográfica	Anos de estudo								
	Com 4			Com 5			Com 6		
			Diferença			Diferença			Diferença
	1970	1980		1970	1980		1970	1980	
Itabuna	5,89	13,28	125,47	7,55	3,75	-101,3	2,103	2,782	32,29
Ilhéus	5,29	11,21	111,91	5,10	2,89	-76,5	1,608	2,707	68,35
Itabuna-Ilhéus(eixo)	5,60	12,33	120,18	6,36	3,35	-89,8	1,862	2,748	47,58
M. cacauera (MRC)	3,77	8,87	135,28	3,97	2,25	-76,4	1,275	1,767	38,59
MRC menos eixo	2,77	6,99	152,35	2,66	1,66	-60,2	0,954	1,236	29,56

Unidade geográfica	Anos de estudo								
	Com 7			Com 8			Com 9		
			Diferença			Diferença			Diferença
	1970	1980		1970	1980		1970	1980	
Itabuna	1,684	2,635	56,47	1,722	3,832	122,53	1,440	1,135	-26,9
Ilhéus	1,382	2,338	69,18	1,212	3,048	151,49	1,274	1,137	-12,0
Itabuna-Ilhéus(eixo)	1,537	2,499	62,59	1,474	3,474	135,69	1,359	1,136	-19,6
M. cacauera (MRC)	0,935	1,598	70,91	0,848	2,087	146,11	0,769	0,667	-15,3
MRC menos eixo	0,606	1,110	83,17	0,506	1,336	164,03	0,447	0,413	-8,2

Unidade geográfica	Anos de estudo								
	Com 10			Com 11			Com 12		
			Diferença			Diferença			Diferença
	1970	1980		1970	1980		1970	1980	
Itabuna	0,558	1,082	93,9	0,709	4,019	466,8	2,069	0,347	-496,2
Ilhéus	0,298	0,940	215,4	0,463	2,880	522,0	1,539	0,339	-354,0
Itabuna-Ilhéus(eixo)	0,432	1,017	135,4	0,589	3,498	493,9	1,811	0,343	-428,0
M. cacauera (MRC)	0,245	0,611	149,4	0,319	2,165	578,7	0,945	0,155	-509,5
MRC menos eixo	0,142	0,392	176,1	0,171	1,443	743,9	0,472	0,054	-774,1

TABELA 3. (Continuação...)

Unidade geográfica	Anos de estudo								
	Com 13		Diferença	Com 14		Diferença	Com 15		
	1970	1980		1970	1980		1970	1980	
Itabuna	0,162	0,275	69,75	0,095	0,410	331,6	0,167	0,729	336,5
Ilhéus	0,066	0,232	251,5	0,045	0,299	408,9	0,052	0,533	925,0
Itabuna-Ilhéus(eixo)	0,115	0,255	121,7	0,071	0,359	405,6	0,111	0,639	475,7
M. cacauera (MRC)	0,049	0,125	155,1	0,051	0,186	500,0	0,040	0,278	595,0
MRC menos eixo	0,013	0,054	315,4	0,010	0,092	820,0	0,007	0,083	1.185,7

Unidade geográfica	Anos de estudo					
	Com 16		Diferença	Com 17 ou mais		Diferença
	1970	1980		1970	1980	
Itabuna	0,387	0,161	-140,4	0,240	0,290	20,83
Ilhéus	0,207	0,259	25,1	0,230	0,186	-23,7
Itabuna-Ilhéus(eixo)	0,299	0,206	-45,1	0,235	0,243	3,40
M. cacauera (MRC)	0,134	0,110	-21,8	0,118	0,116	-1,7
MRC menos eixo	0,043	0,057	32,56	0,054	0,047	-14,9

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

Diminuiu o percentual de pessoas com um e dois anos de estudo, aumentando um pouco o percentual de pessoas com três e expressivamente as com quatro anos de estudo. Contudo, o percentual de pessoas com cinco anos sofreu uma redução, retomando o aumento, porém, o percentual de pessoas com seis, sete e oito anos de estudo. O percentual de pessoas com nove anos de estudo sofreu redução, invertendo-se o quadro do percentual de pessoas com dez e onze anos. Já o percentual de pessoas com doze anos de estudo sofreu redução, tornando a aumentar o percentual de pessoas com treze, quatorze e quinze anos. Por fim, há uma leve tendência de diminuição do percentual de pessoas com dezesseis e dezessete anos ou mais de estudo.

Em suma, diminuiu o percentual de pessoas com um, dois, cinco, nove, doze, dezesseis e dezessete anos de estudo, além do percentual de pessoas sem nenhuma instrução, observando-se uma situação inversa do percentual de pessoas com três, quatro, seis, sete, oito, dez, onze, treze, quatorze e quinze anos de estudo.

O que surpreende nestes resultados é o fato de que não houve um comportamento linear¹². Entende-se que o esperado seria uma diminuição do percentual de pessoas sem instrução e com poucos anos de instrução escolar, mas que, uma vez invertida a tendência, se esperaria um acréscimo continuado até o último ano da seqüência. Nesse sentido, surpreende a diminuição dos percentuais de pessoas com cinco, nove, mas principalmente das com onze, dezesseis e dezessete ou mais anos de estudo.

Contudo, a surpresa começa a se dissipar quando se observa, por exemplo, que essas reduções ocorreram após ciclos básicos de nosso ensino, isto é, após o ensino fundamental – quatro primeiras séries –, após o término do atual 1º grau – oito primeiras séries –, e após o término do atual 2º grau – que, teoricamente, coincide com os onze primeiros anos de estudo. Já as reduções dos percentuais de pessoas com dezesseis e dezessete ou mais anos de estudo, que corresponderiam aos últimos anos de um curso superior, uma explicação está menos visível. Observa-se, entretanto, que o número de casos é muito pequeno e que as reduções foram mínimas.

Uma primeira e principal inferência possível desses resultados é que a continuidade do processo escolar na **microrregião cacauêira** da Bahia é um problema, isto é, no último ano de cada ciclo parece haver um represamento. Este fato transparece quando se analisa os números absolutos de anos de estudo. A título de ilustração, veja-se Tabela 4 relativa a pessoas com onze e doze anos de estudo, mas que não deve ser uma exceção no país.

Como pode ser visto na Tabela 4, a concentração maior, em 1970, situou-se nas pessoas com doze anos de estudo; já em 1980, a concentração maior situou-se nas pessoas com onze anos de estudo. E caso se tenha em mente que até a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus – Lei nº 5.692/71 – doze anos correspondiam ao último ano do antigo 2º grau e após a referida Reforma, esse último passou a ser onze anos, não fica difícil vislumbrar o que ocorreu e que pode ser resumido e remete à seletividade de nosso ensino, aos seus pontos de estrangulamento. O mesmo poderia ser observado em relação ao término do ensino de 1º grau, principalmente.

¹² Um dado que também não deixa de impressionar e por esta razão aqui é colado refere-se à presença de pessoas do sexo feminino com onze anos de estudo em 1970 e 1980 na microrregião cacauêira, como pode ser visualizado na Tabela abaixo.

TABELA A: Pessoas do sexo feminino na **microrregião cacauêira** com 11 anos de estudo em 1970 e 1980.

Anos	11 anos de estudo	Total geral	Total feminino	Percentual de feminino
1970		1.675	895	53,46
1980		14.759	9.197	61,70

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

Esse resultado revela a crescente participação da mulher no mundo da instrução e, provavelmente, se refletirá no mercado de trabalho. Contudo, caso se refizesse essa tabela com dados de pessoas com dezessete ou mais anos de estudo o quadro inverter-se-ia, mas não tardará muito para que esse predomínio dos homens seja anulado também nesse nível de ensino.

TABELA 4. Pessoas com 11 e 12 anos de estudo na microrregião cacaueira em 1970 e 1980.

Anos de estudo	1970	1980
11	1.674	14.759
12	4.965	1.060

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

Em razão disso, as reduções percentuais, excetuando-se a dos dois primeiros anos, trazem a marca das alterações do nosso sistema de ensino, não se configurando, a rigor, no dado mais relevante. Nesse sentido, o resultado de maior relevância é a seletividade do sistema de ensino, que apresenta no último ano de cada ciclo, ou nas portas de um novo, um represamento, uma quebra de continuidade do processo de instrução escolar.

Acredita-se, portanto, que essas reduções percentuais se devem muito mais à alteração do sistema de ensino do que à realidade concreta. Nesse sentido, a Tabela 5, que agrupa as pessoas de acordo com os ciclos básicos do nosso sistema de ensino, revelou-se de não muita utilidade.

Já na redução do percentual de pessoas sem nenhuma instrução, principalmente, mas também as pessoas com um e dois anos de estudo, tem-se o concurso do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Provavelmente, essas reduções também sejam decorrência daquilo que se poderia denominar de "efeito MOBRAL".

Em suma, acredita-se que a melhoria do nível médio de instrução da população, que pôde freqüentar a escola em condições de aprender, se deve ao fato de que ampliou-se na região a camada de pessoas com rendimentos suficientes para assegurar melhores níveis de instrução a seus filhos e a si próprios.

A Tabela 5 informa, primeiramente, a redução percentual de pessoas sem nenhuma instrução ou com menos de um ano de estudo. Chama-se atenção aqui que, a rigor, anos de escolarização não significam necessariamente pessoa alfabetizada, tampouco que nenhuma instrução escolar é sinônimo de pessoa analfabeta, embora se espere que a escolaridade se traduza em aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, e se acredite que, salvo exceções, a não-freqüência à escola se traduza em pessoa não alfabetizada.

Já os quadros seguintes têm a marca da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus e, caso se tomasse como referência o sistema de ensino anterior para efeito de agrupamento, os resultados se alterariam como pode ser inferido na Tabela 4.

Ressalta-se aqui uma vez mais que, em termos de anos de estudo, observou-se uma pequena melhoria do nível de ensino das camadas sociais que tiveram acesso à escola em condições de progredir, e que a passagem de um ciclo a outro ainda se constitui num obstáculo para muitos, uma vez que se observaram as quebras do processo educativo escolar. Concretamente, as passagens do 1º ao 2º grau e do 2º ao 3º grau apresentam-se como uma barreira às pessoas da região, em que pese a multiplicação dos cursos e vagas oferecidas na "Universidade de Santa Cruz" e a ní-

vel de 2º grau. É provável, portanto, que a demanda por um lugar nas escolas de nível médio e superior seja maior do que a oferta.

No que se refere a pessoas alfabetizadas, portanto, observa-se que de 1970 a 1980 houve um acréscimo, principalmente no município de Itabuna. Contudo, essa diferença não se revelou muito expressiva (Tabela 1).

No entanto, caso se considere apenas o meio rural, observa-se que de 1970 a 1980 não houve mudança alguma. Nesse sentido, embora a proporção de alfabetizados tenha tido um pequeno acréscimo a nível de **microrregião**, no caso particular de Itabuna, registrou-se uma redução, isto é, aumentou o percentual de analfabetos (Tabela 2).

No entanto, entende-se que esses dados adquirem uma dimensão maior caso se considere que, no período considerado, a região experimentou um progresso econômico relevante, tendo a década se caracterizado por uma conjuntura favorável à cacauicultura. A situação agrava-se ainda mais caso se considere apenas o meio rural, ou mais precisamente, as pessoas residentes nesse meio, predominantemente trabalhadores rurais e familiares.

Esses que são responsáveis pela criação da riqueza da região apresentam a pior situação no tocante ao nível de instrução. A alfabetização, por exemplo, que apresentou acréscimos nos municípios de Ilhéus, Itabuna e na **microrregião** a que esses pertencem, conheceu acréscimos menores no meio rural, apresentando, inclusive, uma redução no município de Itabuna¹³.

Utilizando um índice de mortalidade infantil, tem-se os seguintes resultados, que podem ser vistos na Tabela 6. Esses dados revelam, portanto, que a natimortalidade aumentou significativamente, tanto a nível de **microrregião** como a nível dos municípios aqui considerados.

TABELA 5. Percentual de pessoas de 5 anos ou mais por anos de estudo em 1970 e 1980.

Unidade geográfica	Anos de estudo									
	Sem instrução (ou - de 1 em 1980)		Com 1 a 4		Com 5 a 8		Com 9 a 11		Com 12 ou mais	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Itabuna	50,05	43,48	31,04	34,88	13,06	13,00	2,71	6,24	3,12	2,21
Ilhéus	56,98	50,13	29,53	31,95	9,31	10,98	2,03	4,96	2,14	1,85
Itabuna-Ilhéus (eixo)	53,49	46,52	30,30	33,54	11,23	12,08	2,38	5,65	2,64	2,85
Microrregião cacauera (MRC)	63,83	59,02	26,62	28,59	7,03	7,71	1,33	3,44	1,37	0,97
MRC menos eixo	61,30	65,80	24,60	25,91	4,73	5,34	0,76	2,25	0,60	0,39

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

¹³ Fazem-se necessárias duas observações: a) anos de estudo não significam a série em que um aluno se encontra. Os índices de reprovação e evasão escolar confirmariam o que se está dizendo; b) esses dados indicam o grau de seletividade do sistema de ensino da região e o nível de instrução da maior parte da população da mesma. Tanto o problema de seletividade, como do nível de instrução, da evasão e reprovação escolar poderiam se constituir em objetos de outros estudos.

TABELA 6. Percentual de filhos nascidos mortos de mulheres de 15 anos ou mais em 1970 e 1980.

Unidade geográfica	1970	1980	Acréscimo ou redução
Itabuna	3,514	9,963	+183,52
Ilhéus	4,293	9,756	+127,25
Itabuna-Ilhéus	3,880	9,870	+154,38
MRC	4,034	9,558	+136,94

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

Acredita-se que a natimortalidade seja um seguro indicador de nível de vida. Isto porque este indicador diz respeito diretamente às condições de vida – ou mesmo de sobrevivência – de uma população. Também em relação ao grau de instrução, não restam dúvidas de que se trata de um forte indicador de nível de vida. Em particular na sociedade industrial, onde instrução, via de regra, reflete o status das diferentes camadas sociais.

Deste modo, os índices de instrução e de natimortalidade confirmam a hipótese central deste trabalho, sobretudo o último.

Contudo, se a instrução e a natimortalidade confirmam a hipótese central deste trabalho, indicadores materiais de desenvolvimento social, como iluminação elétrica, instalação de água e geladeira reforçam, como pode ser visto nas Tabelas 7, 8 e 9, a hipótese contrária.

Freqüentemente, porém, o senso comum sugere indicadores materiais como iluminação elétrica, instalação de água, aparelhos eletrodomésticos, automóveis, etc., como sendo indicadores de progresso social. Inclusive vários organismos como a ONU, CEPAL, IBGE, entre outros, investigam esses indicadores, partindo implicitamente dessa mesma suposição.

No caso específico desta análise, tomou-se em consideração três indicadores materiais: domicílios com iluminação elétrica, domicílios com água encanada e domicílios com geladeira.

TABELA 7. Percentuais de domicílios com iluminação elétrica em 1970 e 1980.

Unidade geográfica	1970	1980	Acréscimo ou redução
Itabuna	47,32	76,82	+62,34
Ilhéus	40,32	59,61	+47,84
Itabuna-Ilhéus	43,86	69,00	+57,32
MRC	25,27	48,11	+90,38

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

TABELA 8. Percentual de domicílios com água encanada em 1970 e 1980.

Unidade geográfica	1970	1980	Acréscimo ou redução
Itabuna	13,39	62,92	+369,90
Ilhéus	20,10	50,33	+150,40
Itabuna-Ilhéus	16,71	57,20	+242,31
MRC	10,04	38,86	+387,05

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

TABELA 9. Percentual de domicílios com geladeira em 1970 e 1980.

Unidade geográfica	1970	1980	Acréscimo ou redução
Itabuna	21,74	49,73	+128,75
Ilhéus	17,92	39,30	+119,31
Itabuna-Ilhéus	19,75	44,99	+127,80
MRC	10,65	28,40	+166,67

Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 e 1980.

O percentual de domicílios com iluminação elétrica apresentou acréscimos na década, sendo que os mesmos apresentaram-se como expressivos em Itabuna, no eixo Itabuna-Ilhéus e muito expressivos na **microrregião cacauêira** (Tabela 7).

Os percentuais de domicílios com água encanada revelaram-se também expressivos na **microrregião cacauêira**, no eixo Itabuna-Ilhéus, mas particularmente no município de Itabuna (Tabela 8).

A mesma realidade transparece em relação aos percentuais de domicílios com geladeira (Tabela 9), onde, de 1970 a 1980, os percentuais acusaram acréscimos expressivos em Itabuna, em Ilhéus e na **microrregião cacauêira**. Contudo, essa melhoria é muito relativa, na medida em que está muito longe de beneficiar a toda população. Senão, veja-se: a iluminação elétrica, em 1970, atingia menos de 48% dos domicílios em Itabuna, e pouco mais de 25% na **microrregião cacauêira**. Em 1980, atingia quase 77% dos domicílios em Itabuna e pouco mais de 48% da **microrregião** a que esse município pertence.

Não se trata aqui de minimizar a melhoria conquistada; trata-se de ressaltar que essa melhoria está longe de beneficiar a toda população. As geladeiras, por exemplo, não atingem 50% dos domicílios particulares permanentes em Itabuna, e 30% na **microrregião cacauêira**, em 1980.

Acredita-se que o indicador geladeira reflete as demais utilidades domésticas. Ou seja, houve um aumento significativo. Contudo, aquém de se tornar um bem comum entre a população.

Nesse sentido, o caso do indicador automóvel, excluindo-se os de uso profissional, é ilustrativo. Esse aumentou em 115,7% na **microrregião cacauêira**, 106,2% e 97,3% nos municípios de Itabuna e Ilhéus, respectivamente.¹⁴ No entanto, em 1980, o percentual de domicílios com automóvel era de 7,2% na microrregião, 11,74% e 13,59% nos municípios de Ilhéus e Itabuna, respectivamente.

Em suma, houve melhorias consideráveis levando em conta estes indicadores de desenvolvimento social; contudo, eles estão longe de significar um desenvolvimento social para a totalidade da população, mas que é, contudo, um outro problema: a distribuição dos benefícios.

Acredita-se, por fim, que se fosse possível comparar esses indicadores, considerando apenas o meio rural, as diferenças positivas encontradas reduziriam-se significativamente.

Entretanto, aqui parece haver uma contradição: os indicadores relativos à instrução, mas sobretudo à natimortalidade indicam um decréscimo nas condições de vida da população, ao passo que os "indicadores materiais", parecem evidenciar o contrário. Quer parecer, não obstante, que esta contradição apenas vem demonstrar que – pelo menos na **região cacauêira** – os "indicadores materiais" não são os mais apropriados para medir **desenvolvimento social**. Pois o que se evidencia é que, apesar de ter ocorrido um aumento significativo no acesso da população a estes bens e serviços, o desenvolvimento social medido através de indicadores não materiais, como instrução escolar, saúde (natimortalidade), não teve o mesmo desempenho. Esses dados sugerem que esses indicadores materiais de desenvolvimento social apontam também para o avanço do capital e do progresso técnico, dizem respeito à distribuição desses bens na sociedade que, face a estratificação social, não é igualitária.

Desta forma, acredita-se que o crescimento econômico por que passou a região na década de 70, a rigor, não se traduziu em desenvolvimento social, considerando-se os indicadores instrução escolar e natimortalidade, embora tenha se refletido positivamente em termos dos indicadores materiais considerados, ainda que esses estejam contemplando todas as camadas da população. Emerge, aqui, o problema da grandeza de cada indicador de desenvolvimento social.

Infere-se daí que **crescimento econômico** não é condição suficiente e imediata para **desenvolvimento social**, embora se entenda que seja uma condição necessária. E não o é principalmente para as classes trabalhadoras do meio rural. Em relação a isso, Furtado (1980) observou que "o aumento da eficácia do sistema de produção não é condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população".

Utilizando outros indicadores de desenvolvimento social, como nível de vida e condições habitacionais, outros pesquisadores também chegaram a conclusões semelhantes.

Freire (1983), estudando o impacto da modernização do município de Ibirapitanga¹⁵, concluiu que apesar dessa "a qualidade de vida dos trabalhadores não tem sido acompanhada no mesmo ritmo".

¹⁴ Conforme dados dos censos demográficos de 1970 e 1980 do IBGE.

¹⁵ O município de Ibirapitanga embora pertença à **grande região cacauêira** não pertence à **microrregião cacauêira** da Bahia.

A autora comparou a situação de trabalhadores rurais em 1969 com outros de 1979 no referido município.

Trevizan & Ferreira (1983) analisaram as características habitacionais da população residente no meio rural da **região cacauêira** da Bahia. Para essa caracterização tornaram três pontos de referência: dados da pesquisa de Vieira (1969) no município de Ibirapitanga; dados de pesquisa de Navarro & Asmar (1978), em três agrossistemas da **região cacauêira** e dados relativos a 738 famílias residentes no meio rural da grande região cacauêira da Bahia coletados em 1980.

Trevizan & Ferreira (1983) observaram que "a economia regional deixa muito a desejar para a satisfação das necessidades básicas de sua população muito embora se trate de uma região com poder relativamente grande de geração de riqueza".

Entende-se que a razão pela qual essa situação acontece decorre basicamente da forma como a sociedade está organizada para produzir os meios de que necessita para se reproduzir.

Está-se imputando a não correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento social a duas ordens de fatores: na primeira, tem-se a sangria permanente da riqueza gerada na região; e, na segunda, ao fato de que, embora a produção da mesma se dê socialmente, a apropriação se dá privadamente. Há ainda que se lembrar que ao capitalista, enquanto personificação do capital, interessa o lucro, a acumulação de capital, e não necessariamente uma melhoria na qualidade de vida dos assalariados.

Inferre-se daí que uma alteração do quadro há que se dar necessariamente pela via política, uma vez que não se trata de um problema técnico como tampouco se trata de uma questão de tempo.

CONCLUSÃO

A primeira conclusão a que se chega é de que os indicadores materiais, tais como iluminação elétrica, instalação de água, aparelhos eletro-domésticos, automóveis, isoladamente, não indicam necessariamente **desenvolvimento social**. Isto é, eles são bons indicadores de progresso tecnológico ou de expansão do capitalismo a beneficiar certas classes sociais, mas não necessariamente os mais adequados para indicar melhoria real nas condições de vida da população em geral.

Por outro lado, utilizando-se dados referentes à instrução e à natalidade como indicadores de desenvolvimento social, concluiu-se que o **desenvolvimento econômico** não leva necessária e compulsoriamente a um **desenvolvimento social**. Aquele não se constitui, portanto, numa condição suficiente desse, embora pareça ser uma condição necessária. Noutras palavras, parece ser mais fácil para a sociedade distribuir bens de consumo (geladeiras, automóveis) e outros bens materiais (iluminação elétrica, água encanada) do que distribuir instrução escolar, mas sobretudo saúde. Portanto, à pergunta-título: "**Desenvolvimento econômico, logo desenvolvimento social?**", a resposta mais fidedigna aos dados é "não", muito embora se esteja ensaiando passos na direção de um "sim", ainda que limitado dadas as características intrínsecas do sistema econômico vigente numa sociedade periférica nos contextos do capitalismo nacional e mundial, caso, evidentemente, se acredite

que a distribuição de bens materiais seja indicadora também da distribuição dos bens sociais, ainda que mais demorada e muito mais difícil do que a primeira.

Diante disso, acredita-se que o desenvolvimento social demanda decisões políticas que produzirão resultados a médio e longo prazos, principalmente. No entanto, se tais decisões não chegam, o tempo por si só nada pode fazer, senão assistir à perpetuação do "status quo". E que o desenvolvimento social não é uma concessão e não se resolve a nível de boa vontade ou de generosidade de quem quer que seja. Isto porque numa sociedade capitalista não há muito espaço para procedimentos dessa natureza, isto é, há limites, uma vez que essa sociedade visa o lucro, a valorização do capital. Portanto, é ilusório crer em soluções que possam comprometer a acumulação do capital. Nessa perspectiva, o máximo que um assalariado rural da lavoura cacauera pode esperar é o mínimo estabelecido em lei; a mais, somente se o mercado da força de trabalho impuser...

REFERÊNCIAS

- ASMAR, S. R. **Sociologia da microrregião cacauera**. Itabuna, Itagrafe, 1983.
- BRANDÃO, A. L. de A. **Políticas econômicas e seus efeitos no desempenho da economia cacauera**. 1950-1980. Piracicaba, USP, 1983. 113p.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- COMISSÃO DE COMÉRCIO DO ESTADO DA BAHIA. **Produção de cacau**. s. l., s. d.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. **Área do ano agrícola 1980-81**. s. l., s. d.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. **Relatórios anuais, 1965-1982**. s. l., s. d.
- FERREIRA, J. L. F. Impacto da tecnologia na região cacauera da Bahia: o caso de Ibitipitanga. s. n. t. Separata de **R. FESPI**, Ilhéus, **1** (2), jul./dez. 1983.
- FERREIRA, J. L. F. **A mão de obra em fazendas de cacau**: Itapitanga, Bahia. Viçosa, UFV, 1981. Tese Mestrado.
- FRANK, A. G. Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da Sociologia. In: DURAND, J. C. G., org. **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. v. 2.
- FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria de dependência**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, RJ. **VIII Recenseamento geral do Brasil, 1970**. Rio de Janeiro, s. d. t. 13. (Censo Demográfico, 1).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IX Recenseamento geral do Brasil, 1980**. Rio de Janeiro, 1983. t. 3, nº 13; t. 4, nº 15; t. 6, nº 15. (Censo Demográfico, 1).
- R. Econ. Sociol. rural**, Brasília, **26**(1):63-79, jan./mar. 1988

- FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo, Nacional, 1980.
- NAVARRO, Z. S. & ASMAR, S. R. **Os pequenos produtores de cacau: um estudo em três áreas do Sul da Bahia.** Ilhéus, CEPLAC/CEPEC/Divisão de Socioeconomia, 1978.
- TREVIZAN, S. D. P. & FERREIRA, J. L. F. Características habitacionais da população residente no meio rural da região cacauzeira da Bahia. Ilhéus, 1983. **Boletim Técnico, 220).**
- VALLA, V. V. **Desenvolvimento econômico resultado de ciência e tecnologia própria.** s. n. t. **Separata de Cacau Atual., 12 (1):3-10, 1975.**
- VIEIRA, J. R. C. **Alguns aspectos sócioeconômicos relacionados com a mão-de-obra em fazendas de cacau: Ibirapitanga, Bahia, Brasil.** Turrialba, Costa Rica, IICA, 1969. Tese Mestrado.